

## **Algumas relações do pentecostalismo com a cidade de Vitória - ES**

Washington Phillip Spanhol Carneiro /UFES [wpscarneiro@hotmail.com](mailto:wpscarneiro@hotmail.com)

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo analisar a formação do aparelho burocrático da Assembléia de Deus e sua relação com a burocracia político-governamental, levando em consideração as implicações que o sagrado impinge às representações tanto da igreja como a esfera da política. Será enfocado, especificamente, o processo de construção da institucionalização do aparelho burocrático eclesiástico da Assembléia de Deus de acordo com a conjuntura compreendida nos anos 1960 e sua relação com o momento histórico peculiar no qual se insere o fenômeno pentecostal, temática quase ausente nas pesquisas capixabas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pentecostalismo; Relações de Poder; Religiosidade.

**I - Título do trabalho: Algumas percepções sobre políticas públicas para Revitalização do Centro de Vitória na ótica de jovens moradores.**

Sônia Missagia Mattos – UFES [smissagia@gmail.com](mailto:smissagia@gmail.com)

**RESUMO:** Essa comunicação é parte da pesquisa Vitória: *Polis*, desenvolvida através do FACITEC, pesquisa que teve como objetivo buscar compreender as relações que os moradores do Centro de Vitória estabelecem com o lugar em que vivem. O que se objetivou foi melhor compreender o processo de apropriação simbólica dos espaços, os sentidos aí adquiridos, para tentar perceber os valores que atravessam os sentimentos das pessoas ao interagir com o Centro que é ao mesmo tempo herança patrimonial e lugar das ações presentes. O que esse trabalho traz são algumas percepções de jovens capixabas a respeito de políticas públicas para a revitalização daquele espaço.

**Resumo expandido:**

Palavras chave: cidade – revitalização urbana - inclusão social .

## TEXTO COMPLETO

### ALGUMAS RELAÇÕES DO PENTECOSTALISMO COM A CIDADE DE VITÓRIA - ES

CARNEIRO, Washington Phillip Spanhol<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo analisar a formação do aparelho burocrático da Assembléia de Deus e sua relação com a burocracia político-governamental na cidade de Vitória no Espírito Santo, levando em consideração as implicações que o sagrado impinge às representações tanto da religião quanto a esfera da política. Este trabalho enfoca especificamente, o processo de construção da institucionalização do aparelho burocrático eclesiástico da Assembléia de Deus de acordo com a conjuntura compreendida nos anos 1960 e sua relação com o momento histórico peculiar no qual se insere o fenômeno pentecostal, temática quase ausente nas pesquisas capixabas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pentecostalismo; Relações de Poder; Religiosidade; Política.

#### 1 Introdução

O exercício de análise do processo de construção da institucionalização e formação do aparelho burocrático eclesiástico da Assembléia de Deus de acordo com a conjuntura compreendida entre os anos 1960 pode auxiliar a entender o fenômeno religioso e sua relação com o momento histórico peculiar no qual se insere o movimento pentecostal. Tal fenômeno é de grande importância para os estudos sobre religião e se apresenta como um campo amplo a ser explorado por pesquisas futuras.

---

1

CARNEIRO, WASHINGTON PHILLIP SPANHOL. ALGUMAS RELAÇÕES DO PENTECOSTALISMO COM A CIDADE DE VITÓRIA. VITÓRIA, 2011. MESTRANDO EM CIÊNCIAS SOCIAIS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. E-MAIL: [WPSCARNEIRO@HOTMAIL.COM](mailto:WPSCARNEIRO@HOTMAIL.COM).

De forma geral, como os estudos sobre o pentecostalismo no Espírito Santo são ainda incipientes, parece que se pode procurar observar o fenômeno do ponto de vista de uma seqüência de eventos que se tornam visíveis por meio de uma leitura da formação do aparelho burocrático-institucional do fenômeno pentecostal que, como diz Weber (1996), associa o misticismo ao ascetismo intramundano. Ainda ressaltando contribuições à análises provenientes da tradição do sistema de pensamento originado em Marx. De outro lado, uma observação sobre alguns aspectos subjetivos e objetivos nas relações de poder durante a construção do aparelho burocrático da denominação Assembléia de Deus na cidade de Vitória a partir das proposições do professor José Henrique Faria (2004) nos servem também de auxílio. Tal temática se apresenta, de certa forma, ainda pouco difundida no meio acadêmico, entre outros tantos fenômenos religiosos.

Os momentos que caracterizam o pentecostalismo são heterogêneos e correspondem ao processo de formação sócio-histórico do Brasil. Uma congruência de fatores distintos que se fundem para formar a estrutura cultural brasileira nos momentos históricos que lhe são particulares de acordo com o hibridismo cultural e sincretismo religioso acompanhando-se o processo de secularização a que está sujeito o fenômeno onde o sagrado perpassa, por vezes, o profano. Reconhecer a estrutura de relações de poder que se coaduna com o movimento de construção da estrutura cultural do Brasil e mais especificamente algumas relações do fenômeno com cidade de Vitória, no Espírito Santo, é um dos propósitos que temos aqui. Um breve histórico do pentecostalismo e inserção no Brasil contextualiza a discussão em questão. Busca-se uma compreensão mais genérica do movimento e a observação de algumas relações do pentecostalismo com tal cidade.

Algumas das proposições que podemos equacionar para este debate procuram refletir sobre algumas relações do pentecostalismo com a cidade de Vitória entre os anos 1960. Dessa forma, questionamos como se deu o processo de construção da institucionalização e formação do aparelho eclesiástico da denominação na conjuntura em questão? Qual a sua relação com o momento histórico no qual se insere o fenômeno pentecostal da segunda onda? A partir dessas questões pode-se pensar o processo que se desenrola no pentecostalismo de Vitória, bem como, de maneira mais genérica, o processo de

constituição das relações poder na hierarquia eclesiástica assembleiana capixaba como parte de algumas das relações do pentecostalismo com a cidade de Vitória.

## **2 Raízes do Pentecostalismo e sua inserção no Brasil**

O caráter de mutabilidade e adaptação dos movimentos religiosos protestantes que culminam em cariz pentecostal é característica, também, do fenômeno religioso brasileiro. A influência de uma série de eventos que, segundo autores, iniciam-se com a reforma protestante na Europa e tomam formas diversificadas alterando suas bases e atuação ao longo dos anos é relevante para a eclosão do que viria a ser o “Pentecostalismo Clássico”, como é chamado o pentecostalismo em sua primeira fase na primeira metade do século XX. “Pentecostalismo” propriamente é a nomenclatura dada à doutrina de determinados grupos religiosos cristãos originários no seio do protestantismo fundamentado na crença do “poder do Espírito Santo” na vida do “crente”, após o “batismo com o Espírito Santo”, evidenciado pelo “dom de línguas” ou “língua estranha”, esta, a tradução mais comum do termo grego *glossolia*<sup>2</sup>.

A palavra “pentecostes” provém de uma terminologia do hebraico, “Shavuot”, que significa “festa das semanas”. Remete à lembrança judaica em caráter de consagração procedente da apresentação da Torá aos judeus no século XV a.C. Como vários feriados judaicos de conteúdo religioso e étnico nacional, teve uma origem agrícola que data de época anterior ao êxodo do Egito. Pode ser comparada também à festa “das semanas”, segunda das três grandes festas de peregrinação do judaísmo com outras duas (REEBER, *Havurah*. In: *Religiões*, 2002:127) que assinala o término da colheita da cevada e a colheita do trigo, visto como uma “espécie de santificação de todo o período da colheita, da Páscoa ao

---

<sup>2</sup> Palavra grega que significa “falar em línguas”. Segundo Champlin, “Refere-se a um tipo de declaração estática, algumas vezes formada de sílabas sem sentido, mas sempre envolvendo alguma língua antiga ou moderna, humana ou “angelical”. Esse fenômeno tem uma história antiga no campo da religião e mesmo fora dele. Trata-se de um fenômeno que o cérebro é capaz de produzir. Mas nesse caso, apesar de muito agitar a pessoa, - não é sinal de qualquer experiência religiosa profunda. Acresça a isso que é perfeitamente possível uma pessoa ter uma profunda experiência mística ou religiosa, sem qualquer sinal de línguas. Quando válidas, entretanto, as línguas [...] [podem ser] o sinal ou o acompanhamento de uma profunda experiência [...]. [...] e em alguns grupos evangélicos essa experiência é tida como um sinal necessário do batismo no Espírito [...]” (grifo nosso) CHAMPLIN, R. N. *Glossolia*. In: **Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia**. 5 ed. São Paulo: Hagnos. 2001. p. 916-917.

Pentecostes”, termo este que se origina no grego e refere-se a cinquenta dias (CHAMPLIN, 2001. Vol 5:201-202). Adaptando-se, veio a tornar-se um feriado cristão que celebra a descida do Espírito Santo conforme o capítulo dois de Atos (a outorga da “lei do Espírito”) como promessa contida na escatologia do “Antigo Testamento”, ratificado pelo Cristo e ressignificada no “Novo Testamento”. Seu antítipo torna-se a lei mosaica no imaginário cristão ao longo dos séculos posteriores até a aparição do moderno movimento pentecostal (ARAÚJO, 2008).

Tratando-se do contexto moderno, o início do “movimento pentecostal” é marcado no ano de 1906, em Los Angeles, nos Estados Unidos, na “rua Azuza”, onde houve grande “avivamento” caracterizado pelo fenômeno chamado de “batismo com o Espírito Santo” e evidenciado pelos “dons do Espírito” (glossolália, cura, profecia, etc.). Devido à projeção que ganhou na mídia e difusão missionária, o movimento da “Azuza Street” cresceu rapidamente, liderados por Willian Seymour (1870-1922). Vários grupos se formaram em outros países (HWATA, 2005:13). O evento remete à fundação de um instituto bíblico, no Kansas, Estados Unidos, o “Bethel College” no qual Charles F. Parham (1873-1929), pastor metodista, procurou estabelecer um parâmetro entre a igreja do primeiro século e a igreja de seu tempo, W. Seymour foi um de seus alunos.

O discurso afirma o fenômeno pentecostal como promessa mística, divina, identificada nos textos bíblicos a partir de uma interpretação que tenta aproximar os eventos históricos do passado e do presente em uma teologia da história com sua caracterização pneumatológica peculiar do cristianismo de linha protestante e pentecostal. A base exegética da doutrina que se forma encontra-se fundamentalmente em Atos e fragmentos do texto bíblico, porém, a gênese do discurso protestante que forma, posteriormente, o conjunto das principais doutrinas pentecostais, parece poder ser identificado com o das comunidades puritanas que se formam a partir do movimento de reforma iniciado por Lutero (1483-1546) no século XVI, conforme afirma Macedo<sup>3</sup>. As comunidades puritanas que se proliferam pela Europa

---

<sup>3</sup> MACEDO, Emiliano Unzer. **Pentecostalismo e Religiosidade Brasileira**. 2007. 261 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

nos séculos seguintes plantam a semente da “manifestação do Espírito Santo” (FILHO, 2003:83ss).

As duas primeiras tentativas de inserção do protestantismo no Brasil ocorreram no período colonial. A primeira no Rio de Janeiro, com os calvinistas franceses que conquistaram a referida cidade durante o período de 1555-1559 (RIBEIRO, 1973). A segunda se dá com os holandeses no Nordeste, de 1630-1654. Como ambas as experiências foram frustradas deixaram um ínfimo percentual relevante de igrejas protestantes que subsiste após o período relatado, ainda que permaneçam atreladas a traços da estrutura cultural do Brasil (BASTIAN, 1994).

O marco efetivo se dá por volta do Século XIX, a partir de 1808, com a vinda da família real, fugindo de Lisboa atacada pelas tropas napoleônicas devido a sua neutralidade no “Bloqueio Continental”, foi possível a inserção do protestantismo. Inserção que ocorreu de duas formas básicas: com o “*protestantismo de imigração*”, também chamado de protestantismo de *colônia* ou *étnico*, como o caso dos luteranos oriundos de territórios que posteriormente formaram a Alemanha, onde a Igreja foi totalmente trazida da Europa para o Brasil, como na comunidade de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro em 1824. O outro é o “*protestantismo de missão*” (HOORNAERT et alli, 1992). Missionários vindos do exterior, procuravam realizar a obra missionária, apoiados normalmente pelas Sociedades Bíblicas já constituídas) como a Igreja Congregacional, a Igreja Presbiteriana e a Igreja Batista (MENDONÇA, 1993).

O pentecostalismo, chega ao Brasil entre os anos 1910 e 1911, com a vinda de missionários originários da América do Norte (FREESTON In: ANTONIAZZI, 1994). Dentre eles, os pioneiros, Louis Francescon, que dedicou-se à colônias italianas no Sul e Sudeste do Brasil, originando a Congregação Cristã do Brasil; Daniel Berg e Gunnar Vingren, que iniciaram suas missões na Amazônia e Nordeste, dando origem às Assembléias de Deus após seu contato com o movimento da Rua Azuza em Los Angeles (CONDE, 2000). A partir da consolidação expande-se dialeticamente absorvendo novos valores e construindo uma identidade que marcaria os primeiros tempos da implantação da denominação no Brasil. De

acordo com o professor Francisco Cartaxo Rolim (1980) sobre a difusão do fenômeno pentecostal no Brasil e sua adaptação num primeiro momento à classe social de menor poder aquisitivo que compunha majoritariamente sua estrutura, afirma que:

“o pentecostalismo se difundiu em todos os estados e territórios nacionais graças ao ardoroso proselitismo de pedreiros, carpinteiros, faxineiros, motoristas, serventes, trabalhadores de enxada e de empregadas domésticas”. [...] são os elementos saídos das camadas pobres que enchem os templos pentecostais. [...] a gente de minguados recursos, semi-analfabeta, de muito reduzida qualificação profissional se dirigiu [a princípio] o pentecostalismo, trazendo muitos à fé no poder do Espírito, ao contrário das demais igrejas evangélicas que quase nenhuma penetração tiveram nas camadas pobres (ROLIM, 1980:8).

De acordo com Rolim (1980), o pentecostalismo tem a partir dos anos 1930 o início de sua fase de maior expansão e não parece ter mudado seu posicionamento em face das camadas populares. Se houve incursões na política por parte de algum ramo pentecostal, não despertaram interesse nas igrejas pentecostais num primeiro momento.

Conforme a classificação de Paul Freston (In: ANTONIAZZI, 1994) apresentam-se três momentos distintos, três “ondas”: a *primeira onda*, também chamada de “pentecostalismo clássico”, surge no Brasil na década de 1910, representado pela Congregação Cristã do Brasil (1910) e Assembléia de Deus (1911); a *segunda onda* insere-se no país nas décadas de 1950 e 1960, com a Igreja Quadrangular (1951), O Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1961), dentro do contexto paulista; a *terceira onda*, também chamada de “*neopentecostal*”, na década de 1970 e 1980, entre elas, a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e Igreja Internacional da Graça de Deus (1980), surgida no contexto carioca (FRESTON In: ANTONIAZZI, 1994, 67-72).

Seguindo as ondas de imigração e migração que ocorreram no Brasil, o “pentecostalismo clássico”, abrangeu o período de 1910 a 1940 e iniciou-se com sua implantação no país da Congregação Cristã do Brasil e da Assembléia de Deus até sua difusão pelo território nacional. Ambas as igrejas “caracterizam-se pelo anticatolicismo, pela ênfase na crença do “batismo no “Espírito Santo” e por um ascetismo que rejeita os valores do mundo e defende

a plenitude da vida moral” (FRESTON in: ANTONIAZZI, 1994:70). O ascetismo intramundano e certo misticismo presente neste fenômeno é uma das características apontadas por Max Weber em suas obras (ROLIM, 1986:62). Para Rolim (1980), o pentecostalismo cresceu significativamente de modo acelerado depois dos anos 1950. O período anterior que compreende os anos de 1910 a 1930 é considerado por ele como de “enraizamento e consolidação” (ROLIM, 1980:15).

A segunda onda começou a surgir no contexto do Governo de Getúlio Vargas, do final do “Estado Novo” ao segundo governo de Vargas com a aliança Brasil-Estados Unidos, a partir das políticas de boa vizinhança implementadas por Franklin D. Roosevelt (1881-1945), especialmente após a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial colocando-se contra as potências do “eixo”. Ocorre um processo de “americanização” (FERNANDES e DA MATTA, et alli, 1988) do país com a entrada de elementos da cultura estadunidense. Os EUA mantinham aproximação com o Brasil para assegurar-se de seu apoio, o que reflete a imparcialidade de Vargas, que veio do eixo político centro-sul. De forma contraditória, as condições do processo de formação social e cultural do país nessa conjuntura tem a imigração como um de seus eventos, e permite uma identificação da região sul com o fascismo e nazismo nas colônias italianas e alemãs (HOBSBAWM, 1995:429ss).

Seguindo-se essa conjuntura, durante a década de 1950 chegaram à São Paulo dois missionários norte-americanos da *International Church of The Foursquare Gospel*. Na capital criaram a Cruzada Nacional de Evangelização centrados na cura divina, iniciaram a evangelização das massas, principalmente pelo rádio. Em seguida, fundaram a Igreja do Evangelho Quadrangular. No seu rastro, surgiram: Igreja Pentecostal Unida do Brasil, O Brasil para Cristo fundada por Manoel de Mello em 1956, Igreja Pentecostal Deus é Amor por David Miranda em 1962, Casa da Bênção em 1974, Igreja Unida em São Paulo, 1963, Igreja de Nova Vida e diversas outras igrejas pentecostais menores (FRESTON in: ANTONIAZZI, 1994:71).

A terceira onda, a *neopentecostal*, “começa no final dos anos 1970 e ganha força nos anos 80” (Idem). Fundadas por brasileiros, a Igreja Universal do Reino de Deus (RJ, 1977), a Igreja Internacional da Graça de Deus (RJ, 1978) a Renascer em Cristo (SP, 1986) e a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (Brasília, 1992) estão entre as principais. Utilizam intensamente canais de mídia e aplicam técnicas de administração empresarial, com uso de marketing, planejamento estatístico e estratégico, etc. Algumas utilizam largamente a *Teologia da Prosperidade*, pela qual o cristão está destinado à prosperidade terrena, rejeitando os tradicionais usos e costumes pentecostais (Idem). O professor Abumansur (In: PASSOS, 2005) analisa o *modus operandi* de tal doutrina e afirma que:

“[...] a Teologia da Prosperidade oferece uma alternativa e um motivo para a ação. [...] Característica essencial a essa visão de mundo é a orientação geral do olhar para o presente em detrimento de uma escatologia futura. [...] ausência de macrotemporalidade [...], silêncio em relação a uma teologia da história [...]. Toda esperança é dirigida para o tempo presente e se esgota em suas vicissitudes” (ABUMANSUR In: PASSOS, 2005:122).

O *neopentecostalismo* constitui a vertente pentecostal mais influente e a que mais cresce. Também são mais liberais em questões de costumes (FREESTON In: ANTONIAZZI, 1994). Existem hoje milhares de "ministérios independentes"<sup>4</sup> ou novas denominações surgindo anualmente no Brasil e no mundo. Estes, geralmente são identificados como parte da terceira onda, também caracterizados como “pentecostalismo autônomo”, (FILHO, 2003:193).

Várias denominações protestantes tradicionais experimentaram movimentos internos com manifestações pentecostais, alguns denominados "renovados" (ANTONIAZZI, 1994). A doutrina pentecostal também eclode movimentos de renovação pentecostal Católica Romana e Ortodoxa Oriental, como a Renovação Carismática Católica (RCC) (FILHO, 2003:191ss). A cidade de Vitória relaciona-se a esse movimento religioso como integrante de um conjunto de transformações no país, também, como parte da formação sócio-

---

<sup>4</sup> “Ministério” equivale ao corpo de ministros de determinada localidade ou “campo”, seu lugar de atuação, ou ainda o corpo institucional ao qual determinada igreja está filiada. Pode ter abrangência local, regional, etc., conforme a classificação ou nomenclatura que se interponha nas relações entre os “ministérios” filiados às convenções, estaduais, regionais (como a Convenção das Assembléias de Deus no Estado do Espírito Santo e Outros, CADEESO) ou nacional (como a Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil, CGADB).

histórica capixaba, fenômeno visivelmente presente seja no cotidiano urbano ou mesmo nas zonas rurais do estado do Espírito Santo.

### **3 Institucionalização da Igreja Assembléia de Deus: algumas relações do pentecostalismo com a cidade de Vitória**

A conjuntura de consolidação do pentecostalismo no Espírito Santo parece relacionar-se com a conjuntura que se desenrola no contexto nacional contribuindo para afirmação das características peculiares da formação do estado do Espírito Santo. Convém observar alguns dos aspectos significativos das mudanças ocorridas no cenário nacional e local. O período que compreende a chegada dos missionários suecos é o da chamada república do “Café-com-leite” no Brasil, em que ocorre a substituição dos grupos dominante, a oligarquia despenca com a crise do açúcar, a mão-de-obra é vagarosamente substituída pelo trabalho de colonos europeus. Oligarquias estaduais consolidam-se pelo fenômeno cunhado na história como “coronelismo”. Controlavam eleitores e mantinham currais eleitorais. Segundo a professora Marta Zorzal e Silva (1995), com a:

“transformação da estrutura jurídico-política do Brasil, a partir de 1888/1891, estava criado o quadro referencial em termos de horizonte histórico, para a reprodução ampliada das relações de produção capitalista [...] para que o modo de produção capitalista gradativamente fosse assumindo dominância na formação social brasileira” (SILVA, 1995:97).

Esse fato, conforme a autora, apenas criou condições formais da representação burguesa clássica com a adoção do voto direto pelo sufrágio universal como “forma de acesso ao Aparelho de Estado” (Idem). Propõe que a forma de mediação vertical entre o Estado e a sociedade, estabelecida através do coronelismo e da “política dos governadores”, que assegurou o controle político do Estado pelos grandes proprietários agrários e mercantis representavam interesses capitalistas majoritariamente do sul, favoreceu oligarquias regionais (SP e MG) na imposição de seus interesses ao Governo Central por meio dos ajustes políticos com governos estaduais. O que resulta numa articulação *clientelista* em detrimento das “articulações das estruturas sócio-econômicas e políticas pelas forças sociais emergentes”, representadas, assim, por uma burguesia industrial, pequena burguesia e

proletariado urbano. A base clientelista de articulação com as classes dominadas foi deslocada por uma forma que podia abranger multidões. Processava-se por uma forma burocratizada e formalística das relações sociais que, conforme tal visão, permitiu uma ativa penetração do Estado sobre diversos setores da sociedade civil. Conforme Silva (1995), por um lado:

“a base de interesses dominantes constituídos no Espírito Santo, estiveram em confronto ou em aliança com a [...] política nacional; por outro lado como as forças políticas [...] atuaram frente à questões concretas que foram sendo colocadas para o Espírito Santo” se desenrolam nas possibilidades de articulação entre as oligarquias (SILVA, 1995:103).

Segundo Siqueira (2001), até por volta de 1930 a economia nacional dependia basicamente da expansão da produção agrícola e a sociedade brasileira era predominantemente rural. A crise de 1929 e a Revolução de 1930 criaram condições para o início do processo de ruptura com o passado colonial e processo de industrialização do país. A guerra, que desestrutura o mercado, “rompe relações tradicionais de troca [...] também provoca a suspensão da entrada de capital estrangeiro”, e cria condições para o comércio interno nacional, porém grande parte da população não tem acesso a ele (SIQUEIRA, 2001:26).

Na fase sócio-política iniciada em 1930 a Igreja Católica passa por: uma elite católica; intelectuais leigos; as camadas populares urbanas tidas como religiosamente ignorantes, sobre as quais a Igreja iria atuar pela catequese. A tendência à dessacralização da cultura faz com que a Igreja amplie sua presença através de novos dispositivos ideológicos, como o ensino religioso em escolas públicas e até assistência religiosa nos aparelhos repressivos do Estado e nos hospitais, além de se pensar na concretização do projeto de uma Universidade Católica (ROLIM, 1980:20). Nesse momento o pentecostalismo está em sua primeira fase de consolidação aproximando-se das camadas alijadas do processo de administração do Estado e crescimento econômico ou social, acompanhando-se igualmente um processo de “secularização” constante das práticas do sagrado como as contribuições de Peter Berger podem referir (BERGER, 1985:177ss).

Processa-se certa adequação do aparelho estatal aos novos interesses voltados para o mercado interno e para a expansão do grande capital no Brasil. Segundo Siqueira (2001), “entre os anos 30 e 50, estruturam-se tanto a base produtiva quanto a forma de poder. O desenvolvimento de um setor industrial diversificou as bases da economia brasileira”. O modelo de substituição de importações havia ganhado fôlego a partir de 1950 (SIQUEIRA, 2001:26), tal fato contribui para as transformações que a cidade de Vitória irá conhecer, assim como com o fenômeno religioso pentecostal que se desenrola nesse contexto. Em uma hipótese levantada em argumentos que compõem sua obra “Religião e Classes populares”, Rolim (1980) aponta que a alteração do quadro político, a nível nacional, a partir de 1930 até os anos 1960, implicou na entrada em cena de novas classes sociais em aliança:

“[...] opondo-se ao grupo oligárquico dominante na fase anterior. [...] entraram na vida nacional, condicionadas pela aliança de classes, servindo de apoio e legitimação ao novo Governo, à política populista. Seus anseios e aspirações à participação na vida nacional, mesmo tendo sido inteiramente bloqueados os dispositivos sociais de suas manifestações, não morreram. Começam a surgir como eco às incipientes expressões do limiar da República Nova” (ROLIM, 1980:10).

Sua discussão visa indicar a via analítica que possibilite compreender os fenômenos em vinculação com as massas populares em termos de classes, e inseridas na sociedade capitalista. O pentecostalismo é um movimento que está, neste momento, profundamente ligado a esses aspectos e projeta, de certa forma, algumas relações com o processo de desenvolvimento da cidade de Vitória, assim como com a lógica das transformações pelas quais passava o país. O cenário político do Espírito Santo de fins dos anos 40 já não é mais tão homogêneo como o fora durante a primeira república e anos 1930. Com isso:

“as transformações políticas e econômicas que se processaram no Brasil nos anos 30 e 40, modificaram a face da política do Espírito Santo [...] ampliaram a composição das forças políticas preexistentes e permitiram que as facções divergentes ou rivais entre si ocupassem espaços partidários distintos no sistema em formação; e [...] criaram condições para que as classes sociais formadas no seio da pequena produção rural e urbana emergissem no cenário da representação política regional” (SILVA, 1995:162)

O cenário pós-1945 é composto pelos partidos que ocupam a cena política como a UDN, o PSD, PCB, PTB e PRD e os principais grupos abrigam-se entre a UDN e o PSD. Na década de 1950 o PTB avança na liderança estadual com o tenente Floriano L. Rubim que com o apoio dos coronéis do interior comporia a segunda maior bancada na disputa à Assembléia Legislativa em 1954. Silva (1995) menciona que a redemocratização do país em 1945 inaugurou uma nova fase no processo de mudanças do Estado Brasileiro, e “reabriu” o espaço político-institucional para participação de forças sociais até 1964. A Constituição de 1946 reintroduz as instituições liberais no sistema político brasileiro e redefinem-se as formas de agregação e articulação dos interesses e acesso ao poder político. Segundo a autora, “se restaurou a Ordem Política Democrática como regra norteadora da dinâmica das relações entre as forças sociais presentes na formação social brasileira” (SILVA, 1995:155).

Esse processo ocorreu em certo dinamismo até 1961, “principalmente porque, a partir de 1956, a ação do governo foi de participação direta e indireta nos investimentos”, e neste momento há grande otimismo econômico onde, conforme Tavares (1978), a entrada de certa quantidade de capital estrangeiro privado e oficial “vai aprofundar consideravelmente o processo de substituição de importações, que atinge um ritmo de desenvolvimento mais acelerado, superando os períodos anteriores” (TAVARES, 1978 apud SIQUEIRA, 2001:27). O setor empresarial prendia-se nos investimentos com atividade interna variada; a política econômica governamental atuava em torno: 1) da política do comércio exterior, sobretudo cambial, e traçava mecanismos de captação de recursos para financiamento do setor público; 2) da política direta e indireta nos investimentos, principalmente no setor da indústria petrolífera. O Espírito Santo, dependente do crescimento da economia nacional, não acompanha esse dinamismo mantendo suas regiões subdesenvolvidas.

O Espírito Santo fica “excluído das programações regionais” e dificilmente alcançaria os níveis da região centro-sul sem captação de recursos e infra-estrutura. A base agrária capixaba, ligada ao café, não permitia a ampliação de limites da tributação estadual com o modelo primário-exportador centrado no café. No início dos anos 1960 (SILVA, 1995:178), o Movimento Trabalhista Renovador (MTR) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN),

surgem a partir de divisões no PTB capixaba originadas nas articulações no plano federal para indicação de candidatos à presidência e vice-presidência da república para o pleito de 1960. O PTB sob João Goulart alia-se ao PSD nas candidaturas do Marechal Henrique Teixeira Lott com Goulart para vice. O MTR, sob a liderança de Fernando Ferrari alia-se ao PSP lançando Adhemar de Barros para a presidência e Ferrari para vice “afirmando o jogo político-econômico” e a “manutenção do sistema vigente”.

Segundo o quadro apresentado pela autora, durante a vigência do “regime democrático” ressalta-se a importância relativa de partidos no cenário político capixaba em termos de capacidade de alteração do equilíbrio da correlação de forças do bloco regional de poder. Refere-se à natureza das forças políticas agregadas pelos partidos e o tamanho relativo dos partidos permeando os mais influentes como a UDN, o PTB, PRP e PSP. Conforme as características de institucionalização do fenômeno pentecostal no Brasil diante dos eventos, não há representantes pentecostais de significativa relevância nesse momento histórico na política capixaba nesses partidos.

Na abordagem dos aspectos conjunturais, pela perspectiva histórica, situam-se os comportamentos das massas no quadro sócio-político. De outro lado, surgem problemas como os de classes sociais e ideologia religiosa. No marxismo há ambigüidades inerentes aos modos de focar as ideologias: “*enfoque genético* [...] competindo com outro, *estrutural* [...] e com [...] *funcional* [...]”. A noção de ideologia perfaz três diferentes correntes no marxismo: 1) como um *sistema de crenças e idéias* características de qualquer classe ou grupo; 2) sistema de idéias falsas, crenças ilusórias, constituindo *falsa consciência* (burguesa), propiciando a oposição entre as noções de ideologia e ciência; 3) processo geral de *produção de significações e idéias* na sociedade (CARDOSO, 1997:32). No sentido que entende Mannheim, a ideologia permite observar as cosmovisões que atingem a estrutura mental de determinado contexto histórico (Idem p.34) e, para tanto, as análises relacionadas ao poder carecem invariavelmente de considerar a questão da produção ideológica e seus “sistemas simbólicos” a semelhança do que entende Bourdieu (1982).

Utiliza-se assim, conforme Rolim (1980, 1985), do conceito de “classes sociais” e de “totalidade social”, enquanto “laços estruturais vinculadores dos diversos níveis da totalidade social”, inserindo-se no nível religioso também o papel que ocupam as CEB’s e o pentecostalismo (ROLIM, 1980:14). Com isso, a abordagem dos traços subjetivos, levando em consideração os sistemas simbólicos que compõem a visão de mundo e os aspectos objetivos podem ser aproximados dentro de uma análise que se apóia em parte no materialismo histórico associando-se alguns aspectos teóricos de outras disciplinas que auxiliam na construção de uma visão mais ampla.

A mudança de perspectiva com relação à religiosidade da Igreja parte de uma reconfiguração de um pensar religioso autoritário que vai comandar a catequese transmitida, recebida e não questionada, que desaloja as massas populares da sua condição de sujeito de sua história religiosa. Lógica autoritária e culturalista onde as condições sociais não pesam, as idéias e crenças constituem um discurso ideológico autônomo que tenta se “impor”<sup>5</sup>. O pensamento autoritário e preso ao universo culturalista autônomo, não tem condições de atingir as camadas populares, que é concreta e misturada com a vida cotidiana, assim os novos sacerdotes e a experiência das CEB’s reivindicam como componente do pensamento religioso suas condições concretas de vida (ROLIM, 1980:17-19).

Posição que se abalou em função das tendências tradicionalistas, da década anterior, defesa de princípios e ordem, hierarquia, obediência às autoridades refletidas nos governos da República Velha e agrava-se após o movimento de 1930. De acordo com Rolim (1980:24), o bloco no poder não é perpassado por uma “ideologia comum”, mas por diversas, a burguesia industrial pela tendência liberal, o operariado pelo anarquismo e por inclinações marxistas. Claramente o pentecostalismo, ainda está um pouco distante das esferas política,

---

<sup>5</sup> Parte-se da proposição foucaultiana: “suponho que em todas as sociedades a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Foucault em A ordem do discurso, situa o debate em torno dos procedimentos de exclusão pelo discurso como a interdição; separação e rejeição pela oposição entre razão e loucura; do verdadeiro e do falso; ordenados sincronicamente na hierarquia do “saber-poder” (FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Leituras Filosóficas. n. 14. São Paulo: Edições Loyola, 1996). No caso, a afirmação do discurso pentecostal é ínfima pelas suas incipientes condições de afirmar-se como discurso hegemônico e poucos instrumentos de difusão que serão incorporados posteriormente.

social, entre outras. Fica à margem dos complexos ideológico-políticos por sua própria natureza vinculada a um processo de institucionalização ou burocratização, seu caráter de “empresa religiosa”, como as análises de Weber (1996) mencionam, ainda se consolidam.

Em contrário, a ideologia religiosa combatia o liberalismo como a fonte da crise social e associação com o comunismo russo. As classes médias urbanas aproximavam-se das manifestações da ideologia liberal contra o autoritarismo do Estado oligárquico, a exemplo dos integrantes do movimento tenentista, mas também apresentava elementos de uma ideologia conservadora e tendente ao moralismo. A perspectiva culturalista desenvolve-se junto a esses intelectuais de classe média e mescla-se com manifestações conservadoras de direita que culminam nas adesões ao integralismo e sua conseqüente associação com a ideologia nacionalista.

Com o crescimento das periferias dos grandes centros intensificando-se a partir da década de 40, o pentecostalismo se estendia a todo o território nacional. O pentecostalismo, principalmente a denominação Assembléia de Deus fundada em 1911, encontrava-se presente em 1940 em todos os estados e territórios nacionais. “Em 1920 somavam aproximadamente 50. São 912 em 1940 e 4500 igrejas vinte anos depois” (ROLIM, 1980:26). A fase que se inicia a partir de 1945 irá considerar as camadas populares urbanas como elemento social significativo na política populista. As mudanças que se operaram no centro-sul não atingem o Espírito Santo até o final dos anos 1950 que, inserido na região sudeste e articulado com o bloco cafeeiro, o estado “continuava com relações de produção de predomínio familiar, desenvolvidas em pequenas propriedades” (SIQUEIRA, 2001: 39).

Ao longo da conjuntura de modificações políticas, econômicas e sociais ocorridas entre as décadas de 1940 e 1960, ao trocar-se o catolicismo devocional pelo pentecostalismo, os conversos decidem-se por si, libertos do controle eclesiástico e do controle social. Nos templos permite-se falar, pregar, orar com suas próprias palavras e seus gestos. Há diluição da distinção entre os que “sabem” e os que “não sabem”. Certa distância entre “ignorância religiosa” e “saber doutrinário” é superado pela crença no poder do Espírito Santo (ROLIM, 1980:31). Desenvolve-se um movimento de “crentes” católicos de baixa renda

para as igrejas pentecostais, fato que será uma constante ao longo dos anos até a apropriação por parte da igreja católica de elementos saídos do carismatismo para conquista de novos adeptos em função de suas reduções de quadros pelo proselitismo pentecostal anti-católico e asceta durante longo período.

A história das Assembléias de Deus em Vitória teve o ponto de partida quando os primeiros crentes pentecostais, Francisco Galdino Sobrinho e sua esposa chegaram em Vitória em 1922, dois anos depois, chegava o missionário escandinavo Daniel Berg, (CONDE, 2000). As atividades da organização estavam, em grande medida, distanciadas de relações estruturais com o Estado e com o governo central, bem como com outras organizações ou instituições. Em 1925, José Vicente Ferreira, veio de Pernambuco para Vitória a pedido de Daniel Berg. Em 1927, chegaram à Vitória, precedentes da Assembléia de Deus em Aracaju, Sergipe, sete evangélicos, iniciando assim um trabalho de evangelização pessoal em torno dos pontos-chave de atuação no núcleo urbano do entorno da cidade de Vitória (ALMEIDA (dir), 1982:282-283).

O aumento do número de adeptos cria a necessidade de uma organização formal. O centro da cidade de Vitória foi palco das primeiras ações. O primeiro batismo teria sido realizado em 08 de junho de 1930, datado na obra "História das Assembléias de Deus no Brasil" de Emilio Conde, como início do movimento pentecostal e data provável de fundação, sob a liderança de um pastor chamado João Pedro da Silva, enviado à cidade de Vitória no dia 09 de maio de 1930. Inicia suas atividades na cidade de Vila Velha (ALMEIDA (dir), 1982:283). A Igreja em Aribiri, Vila Velha, tornou-se a sede de todo o ministério das Assembléias de Deus do Estado, as igrejas que eram fundadas eram filiadas ao Aribiri. O movimento expandiu-se até Minas Gerais.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, Tendências demográficas 1940-2000), é grande o número de norte americanos e europeus protestantes que adentram o país durante esse movimento migratório. Ao reduzirem-se as migrações, principalmente no pós-guerra, esse fluxo só irá reafirmar-se durante a “segunda onda” entre o final dos anos 1950 e 1960. A expansão entre os anos 1950 e 1960

acompanha mudanças de influência mais abrangente, seja interna ou externa. Nesse momento é fundada a Convenção Geral das Assembléias de Deus no Estado do Espírito Santo e Outros (CADEESO), no dia 18 de outubro de 1959, na cidade de Vila Velha, “como instituição religiosa que constitui pessoa jurídica de direito privado [...] regida por [...] estatuto e por seu Regimento Interno” (CADEESO, **Estatuto e Regimento Interno**. CPAD, 2001:5).

Nesse contexto, na cidade de Vitória, o primeiro templo é fundado no dia 21 de abril de 1960, no bairro Ilha de Santa Maria, denominado ministério de “Jucutuquara”. Foi fundado sob direção do Pastor Hermenegildo Bispo Carneiro e sua constituição estatutária é de 1970, a fundação nos primeiros anos da década de 1960 e acompanha o processo de evolução da segunda onda pentecostal no Brasil e o processo de institucionalização da denominação em solo capixaba.

Desde 1930 a Assembléia de Deus no Brasil passou a ter autonomia interna, sendo administrada pelos pastores residentes no Brasil ainda mantendo os vínculos com a igreja sueca. A partir de 1936 passou a alinhar-se mais com as *Assemblies of God* dos EUA (ARAUIJO, 2008). As Assembléias de Deus organizam-se em forma de árvore, cada ministério é constituído por uma igreja-sede com suas respectivas filiadas, congregações e pontos de pregação ou missões. Tal sistema de administração mistura o sistema *episcopal* e o sistema *congregacional*, onde assuntos são previamente tratados pelo ministério, com forte influência da liderança pastoral, e depois são levados à assembleia para serem votados em conjunto, conforme entrevista realizada com fonte oral.

Os sistemas simbólicos referem-se também à hierarquia das funções porque sua importância, seu valor, ligam-se à sua responsabilidade divina diante do sagrado pentecostal, do rito, da escolha da vida asceta como representação desse universo simbólico que envolve o complexo quadro de relações de poder em que estrutura-se a instituição. Em entrevista, o pastor-fundador da primeira igreja pentecostal Assembléia de Deus em Vitória, o pastor Hermenegildo Bispo Carneiro, que conta já seus 85 anos de idade e mais de cinquenta anos na instituição, expõe a lógica da organização da instituição, de forma

muito lúcida e madura, apesar de alguns dados questionados serem ofuscados pelo assunto tratado:

“Nas igrejas, por exemplo, se faz uma eleição de dois em dois anos, de ano a ano, por exemplo para eleger ou reeleger a diretoria da igreja, e a igreja como pessoa jurídica tem que ter uma diretoria para representar em juízo ou fora dele né... [...] a convenção, também [...] se reúne... a convenção do estado, porque esses pastores... como autônomos, eles fazem a eleição da igreja deles para eleger diretoria da igreja deles, e os pastores que são ligados também à convenção, a convenção se reúne de ano em ano, ou de dois em dois anos. [...] a... [...] Convenção do Estado do Espírito Santo, será em janeiro, quando se elegerá a mesa diretora, presidente, vice-presidente, secretários e tesoureiros, são treze membros que fazem parte dessa comissão, é uma mesa diretora que rege a convenção durante o período... interregno de dois anos... três anos agora” (Entrevista 1. Pastor Hermenegildo B. Carneiro).

Os pastores da Assembléia de Deus são ligados a convenções estaduais que, por sua vez, vinculadas a uma convenção geral. De acordo com o processo de decisão e eleição durante o período de expansão e constituição do corpo administrativo e eclesiástico da denominação, o seguinte procedimento é adotado:

“A consagração de obreiros, por exemplo, para dar continuação a obra, com certeza, era... [...] a gente fazia na convenção, por exemplo, na convenção tinha um pastor, ou candidato a pastor... levava... preparava a documentação direitinho, quem é ele... né... e... quem tinha por exemplo, dois candidatos, três candidatos à pastor, ou evangelista que... separava pastor e separava evangelista, isto na convenção. Dificilmente se separa um pastor ou evangelista na igreja, porque ele é ligado à convenção e tem que ser separado numa reunião convencional. No caso, estavam ali reunidos cem pastores né... duzentos pastores... e ali se levava aqueles candidatos para que fosse aprovado por aqueles pastores quem seria o separado para o ministério de pastor ou o ministério de evangelista” (Entrevista 1. Pastor Hermenegildo B. Carneiro).

Um dos eixos de maior importância no âmbito das organizações burocráticas assembleianas é a Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil (CGADB), maior e mais tradicional dentre as convenções gerais, que tem sua sede no estado do Rio de Janeiro, identificada majoritariamente como eixo central, tronco da denominação no Brasil, presidida pelo pastor José Wellington Bezerra da Costa. Agrega em torno de si

aproximadamente 3,5 milhões de membros no Brasil e centenas de missionários que estão distribuídos pelo globo. A igreja desenvolveu-se de forma dialética no espaço e no tempo transformando suas características:

“Em relação àquele tempo a AD por exemplo que é... a que nós estamos falando, ela sofreu realmente um impacto muito grande porque naquele tempo, embora éramos poucos obreiros mas muitos deles tinham, [...] a mente... um tanto fechada né... não tinham um visão do futuro, pensavam que a obra era só aquilo ali e não ia crescer, mas com a continuação, com o desenvolvimento e... a evolução, aí começou, assim, novos obreiros e... orientando os demais que iam chegando para que eles entendessem que a AD tem que passar por uma certa evolução, um certo crescimento, e por misericórdia de Deus a AD tem se posicionado aqui no Brasil, e que tem sido, com certeza, uma benção, porque tem sido reconhecida até pelo governo federal, que... hoje, o governo federal quando vai fazer as reuniões, ele já convida o presidente da convenção geral para também participar daquela reunião” (Entrevista 1 Pastor Hermenegildo B. Carneiro).

As relações institucionais com o Estado parecem mais comuns atualmente. O desenvolvimento de práticas que permitem com que se eleja um líder para o conjunto do sistema político ou com participação em alguma função no Estado é fato. A estrutura de poder do estado já conta com personagens saídos de núcleos evangélicos. Existem vários ministérios espalhados pelo Brasil e pelo mundo que compõem o conjunto das denominações que nomenclaturam-se Assembléia de Deus com capacidade de pressão por meio do voto. Igualmente, registra-se grande quantidade de Ministérios Independentes das Assembléias de Deus em todas as regiões brasileiras, sem vínculos com tais convenções ou outras.

No Espírito Santo, a maior expressão é proveniente da Convenção das Assembléias de Deus no Estado do Espírito Santo e Outros (CADEESO). Sua fundação remete à figura do pastor Waldomiro Martins Ferreira (1916-1975). Funda-se a Convenção no dia 18 de outubro de 1959 por este pastor que é enviado para Vitória em 1940 pelo missionário Samuel Nystrom permanecendo por dois anos, posteriormente transferido para Santo Aleixo, no Rio de Janeiro pelo pastor presidente da CGADB Cícero Canuto Lima. Em 1942 retorna e assume a igreja do Aribiri em 31 de outubro de 1944 (CONDE, 2000).

O avanço do surgimento de novas igrejas no Espírito Santo, em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e até no exterior, com o “projeto de evangelização” originou-se à organização das igrejas que se efetuou com o nome CADEESO para administração das igrejas (CONDE, 2000). Em referência ao contexto de fundação da CADEESO e do primeiro templo em Vitória, ao questionar-se sobre a existência de outros “ministérios” no Espírito Santo, o pastor Hermenegildo comenta que:

“Naquele tempo, nós só tínhamos mesmo a Assembléia de Deus... conhecida “Igreja da Missão”. Aqui nós só tínhamos a “Igreja da Missão”, a Assembléia de Deus da Missão. Mais tarde, bem mais tarde, já o pastor Waldomiro já não existia né... começou a então, aparecer alguns grupos né, a igreja de Madureira... começou a entrar aqui em Vitória, e mais tarde outros grupos que começaram a... também... entrar e... formar igrejas aqui também, também da Assembléia de Deus” (Entrevista 1. Pastor Hermenegildo B. Carneiro).

A igreja da missão referida é o eixo originário dos movimentos da denominação do norte influenciada pelos missionários europeus, norte-americanos, entre outros. A existência do pastor Waldomiro Martins Ferreira (1916-1975) citado acima, e que foi presidente da CADEESO durante longos anos até seu falecimento sob a direção da Assembléia de Deus do Aribiri aponta para o centro das relações que se estabeleciam com as igrejas consideradas congregações e os pontos de pregação. À medida que crescia o corpo de membros da instituição a eleição de novos líderes se realiza verticalmente a partir da institucionalização de uma rede hierarquizada de funções que compreendem os membros, colaboradores, diáconos, presbíteros, evangelistas, pastores auxiliares, pastor presidente.

Dessa forma, o desenvolvimento do pentecostalismo em Vitória, de acordo com o processo sócio-histórico de formação dos grupos religiosos de origem pentecostal pode ser analisado, num plano geral, como organização que segue a seqüência de eventos da segunda onda pentecostal brasileira e sua conjuntura específica dentro dos anos 1960. Conjuntura esta em que aflora a herança de formação do aparelho institucional-burocrático (WEBER, 1996) que determina as relações de poder dentro da estrutura das Igrejas evangélicas Assembléias de Deus no Espírito Santo absorvendo-se a herança da matriz cultural brasileira e dos

fenômenos que compreendem o processo de formação da denominação, paralelamente ao processo de desenvolvimento do núcleo urbano da cidade de Vitória, que passa por avanços mais significativos após os anos 1960, época em que os grandes projetos industriais são efetivamente implantados atraindo migrantes.

Como mencionou-se, o primeiro “templo” em Vitória é fundado no dia 21 de abril de 1960, no bairro Ilha de Santa Maria, denominado ministério de “Jucutuquara”, assim chamado pelo fato de ocupar a extensão da fazenda Jucutuquara, que compreendia durante o período colonial a área dos bairros Ilha de Santa Maria, Jucutuquara, Romão, Cruzamento, Bairro de Lourdes, Ilha de Monte Belo, entre outros, que na época de sua fundação, o local (atual Ilha de Santa Maria) era identificado como Jucutuquara (VENTORIM & PROTTI, 1993). O seu fundador chega a Vitória vindo da Bahia, sua chegada no Espírito Santo remonta um momento de expansão da Assembléia de Deus e do movimento pentecostal em direção ao centro-sul, que sofre as mudanças no quadro econômico-social com o crescimento urbano industrial (SIQUEIRA, 2001) e tem a primazia nas decisões políticas concentrando maior parte da população com poder aquisitivo dentro do contexto dos grandes projetos industriais:

“Em 1955. E... aqui em Vitória porque... lá em Feira de Santana eu tive uma... não foi uma espécie de chamada, mas foi um desejo que eu tive quando li o Mensageiro da Paz, convidando evangelistas para o Rio Grande do Sul, porque lá estavam precisando de evangelistas e tal... e eu senti, eu era evangelista na Bahia, e com aquele convite do Mensageiro da Paz eu senti de deixar tudo e ir para o Rio Grande do Sul né. [...] (o pastor) me informou mais tarde que... uns doze... dez ou doze dias mais tarde, que em Vitória tinha emprego, tinha uma barragem e [...] que era muito emprego, e dali peguei o trem [...] naquele tempo não tinha ônibus, não tinha carro de Valadares para Vitória, a condução que tinha era só o trem de ferro. Peguei o trem de ferro saltei em Vitória...” (Entrevista 1 Pastor Hermenegildo Bispo Carneiro).

O relato de sua chegada também retrata um pouco da figura da geografia do entorno da ilha de Vitória com os catraieiros nas atividades de locomoção e a localização da estação de trem em Argolas, Vila Velha, município que abrigava a sede da Assembléia de Deus no Aribiri (ALMEIDA (dir), 1982). De acordo com a estrutura organizacional da AD, como os

ministros ligam-se às igrejas por meio das convenções, ao inserir-se entre os membros da denominação no Aribiri o ministro é direcionado após um período para a direção do aparelho institucional em igrejas periféricas ligadas uma sede.

Consolida-se a presença da denominação através da conquista de novos membros e pelo processo de institucionalização característico da denominação desenvolvido ao longo de sua história. A fundação do primeiro templo em Vitória se dá a partir da formação de reuniões onde se congregam os primeiros integrantes na Ilha de Santa Maria, aos pés da Ladeira Manoel Mindela nos anos 1960, após o pastor Hermenegildo ser empossado como dirigente de um grupo de crentes que reuniam-se na Ilha de Santa Maria, chamado por antigos moradores de Jucutuquara:

“quando nós recebemos a igreja ali foi... em 60 que nós assumimos ali o trabalho por misericórdia de Deus...”

“É... quando nós recebemos ali o trabalho... no barracãozinho ali.. no pé da rua... [...] no pé da Manoel Mindela, recebi o trabalho ali com três viúvas. Dessas três viúvas ainda vive uma que Deus tem deixado como reserva, que é a irmã Zilda Serafim, deve estar com 86, 87 anos de idade né... ainda está lúcida e [...] não vai à igreja porque já está meia cansadinha, mas ainda está lúcida... ainda lembra do começo, quando nós recebemos a igreja lá [...]” (Entrevista 1. Pastor Hermenegildo Bispo Carneiro).

Localizava-se próximo à “Fábrica de Vassouras Santa Maria” que ocupou lugar na expansão da geografia econômica da cidade em direção às metas do “Plano Novo Arrabaldes” elaborado no final do século passado pelo engenheiro Saturnino de Brito e que visava desafogar a pressão exercida pelo crescimento populacional de Vitória, através de aterros de áreas baixas (VENTORIM & PROTTI, 1993:9). A história de sua de constituição por meio do registro oral descreve da seguinte maneira, e de forma divina, a demarcação do local no qual construir-se-ia o “primeiro templo”:

“[...] a congregação era ali na rua [...] onde passa o ônibus agora... È na Manoel Mindela [...] ali no pé daquele morro ali tinha um barracãozinho de madeira que... eu passei a dirigir aquele barracãozinho... [...] e dali por misericórdia de Deus, um dia orando, Jesus me mostrou... não mostrou o local, mas mostrou que o terreno estava naquela direção. E eu chamei os irmãos depois da oração...”

chamei os irmãos e falei: ó irmãos, Deus me mostrou que nós temos o terreno da igreja nesta direção. Ele não me mostrou onde é que é, mas é nesta direção. E ali marquei com um irmão, convidei dois irmãos e no dia seguinte nós íamos a procura do terreno. E realmente saímos no dia seguinte a procura do terreno e encontramos esse terreno onde estamos agora [...] que ali, mais tarde, construímos um barracão de madeira [...] tomamos um terreno emprestado [...] que lá construímos um barracão, voltamos para o terreno e construímos aquele prédio que está ali hoje por misericórdia de Deus... né... [...] e... mais aquele terreno compramos os fundos [...] por misericórdia [...] Deus tem abençoado grandemente aquela obra né... tenho feito tudo para a honra e glória do nome do Senhor Jesus e pelo nome da Igreja” (Entrevista 1 Pastor Hermenegildo Bispo Carneiro).

A constituição do primeiro templo é assim marcada e a estrutura estadual de relações de poder dentro da instituição que forma-se regerá todo o processo decisório por meio de convenção e montagem de aparelho burocrático administrativo que centraliza as ações a nível burocrático e ordena a composição de novos quadros de hierarquização de forma paralela ao crescimento do número de membros da denominação e, conseqüentemente, do corpo institucional que controla a gestão das organizações centrais ou periféricas como congregações ou pontos de pregação, porém, cada organização tem autonomia para ações de rito e expansão.

Também, acompanha o processo de difusão do fenômeno por meio dos canais de mídia à medida que estes se tornam mais acessíveis a partir dos anos 1960. A organização formal da estrutura de relações de poder dentro do pentecostalismo capixaba representado pela AD distancia-se num primeiro momento dos laços de poder público na figura do Estado por meio de seus representantes. Ao longo do tempo, personagens que ocupam posições na administração da hierarquia funcional surgem na cena política, econômica e social. Segundo as palavras do pastor Hermenegildo:

“Naquele tempo, a gente tinha na igreja... as pessoas [...] se aderiam ao evangelho [...] a fé pentecostal, eram pessoas mais simples, mais humildes [...] Poucas igrejas tinham assim alguém que fosse empregado federal né. Eram sempre pessoas de renda baixa, média, pessoas simples... só que o coração era voltado para a obra e para o evangelismo né. As pessoas precisavam de salvação” (Entrevista 1 Pastor Hermenegildo Bispo Carneiro).

A perspectiva crítica de natureza objetiva e subjetiva que emerge das contradições em organizações na sociedade do capital é relevante nesta oportunidade para observação da sua proposta que investe na produção, distribuição e organização política do poder, enquanto expresso em sistemas, níveis e formas de controle em organizações produtivas (FARIA, 2004). Dessa forma, as realidades subjetivas e objetivas da estrutura ao mesmo tempo que controlam são aceitas de forma divina pelos envolvidos na prática do rito e na hierarquia de funções no funcionamento da estrutura burocrática do sagrado (WEBER, 1996).

Admitindo-se que o “conjunto dos processos inconscientes e subjetivos e das relações sociais é que forma a totalidade da existência do sujeito e é esta totalidade que constrói sua consciência” (FARIA, 2004), o modo de vida asceta e que rejeita os valores do mundo, pregado num primeiro momento pela denominação refere-se ao controle que a concepção ontológica do pentecostalismo exerce sobre a representação social, como o caso da utilização de mídias na conjuntura dos anos 1960, em função de certa preocupação com as mudanças que ocorrem no seio da cultura brasileira:

“Com certeza, a gente tinha uma certa preocupação e... inclusive naquele tempo existiam as pessoas que não aceitavam assistir-se programas de televisão achavam que era... [...] quando começou a surgir a televisão, era o demônio, [...] se alguém tivesse vendo um programa de televisão, achavam que era o demônio. Depois as pessoas foram entendendo que era um meio de comunicação o rádio e a televisão, é... é um meio de comunicação muito importante... então hoje todas... quase todas as igrejas têm programa de televisão” (Entrevista 1 Pastor Hermenegildo Bispo Carneiro).

Os instrumentos de controle que norteiam o comportamento social também estavam presentes na forma de agir com a adoção de roupas que desviavam dos padrões de “vulgaridade” e expressavam certo grau de “moralidade”. A efervescência da crença na segunda vinda de Cristo à terra também contribuía para a consolidação de um discurso que desprezava os valores do mundo. Ao questionar-se sobre o forte movimento de crença na segunda vinda de Cristo na conjuntura, observa-se uma forte corrente de crença no momento histórico em função das mudanças pelas quais a estrutura social brasileira e fatores de ordem mundial sofrem:

“Com certeza. Naquele tempo nós tínhamos, [...] nós tivemos aqui pessoas que foram depostas do emprego, foram dispensadas do emprego porque foi falar de Jesus para o patrão, e o patrão não entendia e... demitiu-se a pessoa porque achava que... a pessoa estava se adiantando em pregar o evangelho para o patrão. Hoje [...] a gente tem liberdade de dialogar com o patrão, com o empregado [...] falar de Jesus para as pessoas [...] naquele tempo era difícil, não entendiam, era fechado o ambiente”.

À medida que avança, o pentecostalismo tende a atingir um número de adeptos principalmente de baixa renda. As realidades sociais de meados do século passado nutriam as esperanças que o discurso pentecostal refletia na figura de um paraíso divino e recompensa pós-morte pelo sacrifício de representar um estrato social de menor escalão. Mas, a associação com o modelo de crescimento do sistema econômico gerando uma rede que perpassa os canais públicos de poder no Estado e em organizações sob a lógica do capital (FARIA, 2004), fornece imensa força e participação política às instituições devido ao alto potencial de decisão eleitoral por meio dos níveis de interação entre estes.

O imaginário simbólico (BOURDIEU, 1982) que afirma a escolha divina dos líderes reforça a idéia de representatividade pública e participação na estrutura de relações de poder da administração eclesiástica e administrativa (WEBER, 1996) pentecostal também é afirmado para a participação na vida pública, motivo de vários membros pertencerem atualmente ao quadro de relações de poder do aparelho estatal, ressalta-se que majoritariamente, possuem níveis de renda acima da massa da população da denominação. Dessa forma, o pentecostalismo fornece amplas bases para análise das relações de poder dentro do leque organizacional, na forma como se estruturou e constituiu-se o corpo institucional que orienta as ações da denominação no Espírito Santo, bem como o exemplo da constituição do primeiro templo na cidade de Vitória em 21 de abril de 1960.

#### **4 Conclusão**

O reconhecimento da estrutura de relações de poder associado ao movimento de construção da estrutura cultural do Brasil (PASSOS, 2004) é, sem dúvida, de complexidade ímpar para as observações do fenômeno com a cidade de Vitória. O histórico das origens do

pentecostalismo e inserção no Brasil parece auxiliar em uma visão geral para o debate. Igualmente a discussão sobre o sagrado e seu processo de secularização por meio do hibridismo cultural e sincretismo para observar como o processo de construção das relações de poder na religião envolvem uma práxis cotidiana, também de que maneira isso correlaciona-se com aspectos ontológicos (ALVES, 1984) e sua relação com a existência dos indivíduos no tempo e no espaço por meio de análise da práxis social e da “representação” dos indivíduos dentro de determinada visão de mundo.

O histórico das raízes do pentecostalismo durante a fase de consolidação no Brasil é retomado nos aspectos conjunturais de cunho econômico, político, social e também cultural da consolidação do pentecostalismo no Espírito Santo, especificamente na cidade de Vitória. Por último, procurou-se uma análise das relações de poder na estrutura administrativa e eclesiástica pentecostal da Assembléia de Deus em Vitória dos anos 1960 abordando-se os principais aspectos da formação da instituição e sua consolidação na cidade por meio de análise de entrevista com fonte oral e material bibliográfico auxiliar. O que permite alguma compreensão do movimento e a observação de alguns fatores determinantes na construção da identidade, na forma como foi estruturada a lógica de trabalho e relações de poder pela formação de uma estrutura administrativa eclesiástica (WEBER, 1996) no processo de formação do pentecostalismo no Estado do Espírito Santo, tendo como exemplo para análise o caso da fundação do primeiro templo da Igreja Assembléia de Deus em Vitória, é de grande relevância para a história do Espírito Santo.

A observação do discurso pentecostal no Espírito Santo dos anos 1960 tendo como base a formação da estrutura eclesiástica e administrativa da Igreja Pentecostal Assembléia de Deus pelas verificações das relações de poder no corpo institucional da AD no ES, o contexto e respectiva fundação do primeiro templo pentecostal na cidade de Vitória no ano de 1960 é de sugestiva análise em trabalhos dessa natureza que se poderia explorar de forma muito mais profícua em outro momento pela sua extensão e amplitude para o campo das Ciências Sociais.

A maneira como se formou o aparelho institucional que determina as relações de poder dentro da estrutura das Igrejas Assembléias de Deus no Espírito Santo, e algumas de suas relações com a cidade de Vitória durante os anos 1960 como atualmente parece refletir, acompanha os eventos da segunda onda pentecostal no Brasil (FRESTON In: ANTONIAZZI, 1994). Seu processo de construção, institucionalização e formação do aparelho eclesiástico da denominação na conjuntura em questão, aproxima-se ainda hoje dos estratos sociais mais baixos, apesar de atingir classes mais altas, reproduzindo as concepções do carisma, glossolália, do batismo no Espírito Santo, das heranças da matriz religiosa brasileira (FILHO, 2003) fundidos em uma raiz peculiar ao movimento dos grupos religiosos de origem pentecostal no Brasil durante esse momento histórico.

## 5 Referências

ALMEIDA, Abraão de (dir) **História das Assembléias de Deus no Brasil**. Rio de Janeiro: CPAD, 1982.

ALVES, Ruben. **O que é religião**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Abril Cultural; Editora Brasiliense, 1984.

ANTONIAZZI, Alberto; **Nem Anjos nem Demônios: Interpretações Sociológicas do Pentecostalismo**; Petrópolis: Vozes; 1994.

ARAUJO, Israel. **Dicionário do Movimento Pentecostal**. São Paulo: CPAD, 2008.

AS ASSEMBLÉIAS DE DEUS NO BRASIL. **As Assembléias de Deus no Brasil**. CPAD, Rio de Janeiro, 1997.

AZZI, R. & BEOZZO, J. O. (Orgs.) **Os religiosos no Brasil: enfoque histórico**. São Paulo: Paulinas, 1986.

BASTIAN, Jean Pierre. **Protestantismos Y modernidad latinoamericana: historia de unas minorías religiosas activas en América Latina**. 1ª edición em francês, 1994. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. S P: Paulinas, 1985, Cap. V.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do Campo Religioso. In: **A Economia das trocas Simbólicas**. São Paulo. Perspectiva, 1982.

CADEESO, **Estatuto e Regimento Interno**. CPAD, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Narrativa, Sentido, História.** Coleção textos do tempo. Campinas, SP: Papirus, 1997.

CHAMPLIN, R.N. Ph.d., **Enciclopédia de Bíblia Teologia e Filosofia** - 6 Volumes, Editora Hagnos, 2002.

CONDE, Emílio. **História das Assembléias de Deus no Brasil.** CPAD. Rio de Janeiro, 2000.

FARIA, José Henrique de. **Economia política do poder.** vol. 1. Curitiba: Juruá Editora, 2004.

FERNANDES, Rubem César; DA MATTA, Roberto et al. **Brasil & EUA: Religião e identidade nacional.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** Leituras Filosóficas. n. 14. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FILHO, José Bittencourt. **Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social.** Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Koinonia, 2003.

FRESTON, Paul. Protestantismo e Democracia no Brasil In: **Lusotopie**, 1999, p. 329-340.

HWATA, Benny. **An investigation of different phases of pentecostal experience in the Apostolic Faith Mission (AFM).** Dissertação (Mestrado em Teologia). University of South Africa, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991;** Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOORNAERT, E.; AZZI, R.; GRIP, K. Van Der & BROD, B. **História da Igreja no Brasil.** São Paulo: Paulinas, 1992.

MACEDO, Emiliano Unzer. **Pentecostalismo e Religiosidade Brasileira.** 2007. 261 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **Introdução ao Protestantismo no Brasil.** São Paulo: ASTE, 1993.

PASSOS, João Décio (Org.) **Movimentos do Espírito: matrizes, afinidades e territórios pentecostais.** Coleção Ecclesia 21. São Paulo: Paulinas, 2005.

RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo no Brasil Monárquico (1822-1888): aspectos culturais de aceitação do protestantismo no Brasil.** São Paulo: Pioneira, 1973.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Max Weber: da Tese à Crítica da Religião**. ROLIM, Francisco Cartaxo. Max Weber: da Tese à crítica da Religião. In: Revista Religião e Sociedade. 13/2. 1986. p. 58 a 83.;

\_\_\_\_\_. **Religião e classes populares**. Petrópolis: Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. **Pentecostais no Brasil: uma interpretação sócio-religiosa**, Petrópolis, Vozes, 1985.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, Interesses e poder**. Vitória: FFCA/SPDC, 1995.

SIQUEIRA, Maria da Penha S. **Industrialização e empobrecimento urbano: O caso da grande Vitória 1950-1980**. Vitória: EDUFES, 2001.

VENTORIM, Luciano & PROTTI, David. **Ilha de Santa Maria e Monte Belo**. Coleção Nossos Bairros 1. Vitória: PMV, 1993.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 11 ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

#### **Fontes eletrônicas:**

<http://www.assembleiavinhosa.com.br>

<http://www.cadeeso.org.br>

<http://www.cgadb.org.br>

<http://www.cpad.com.br>

